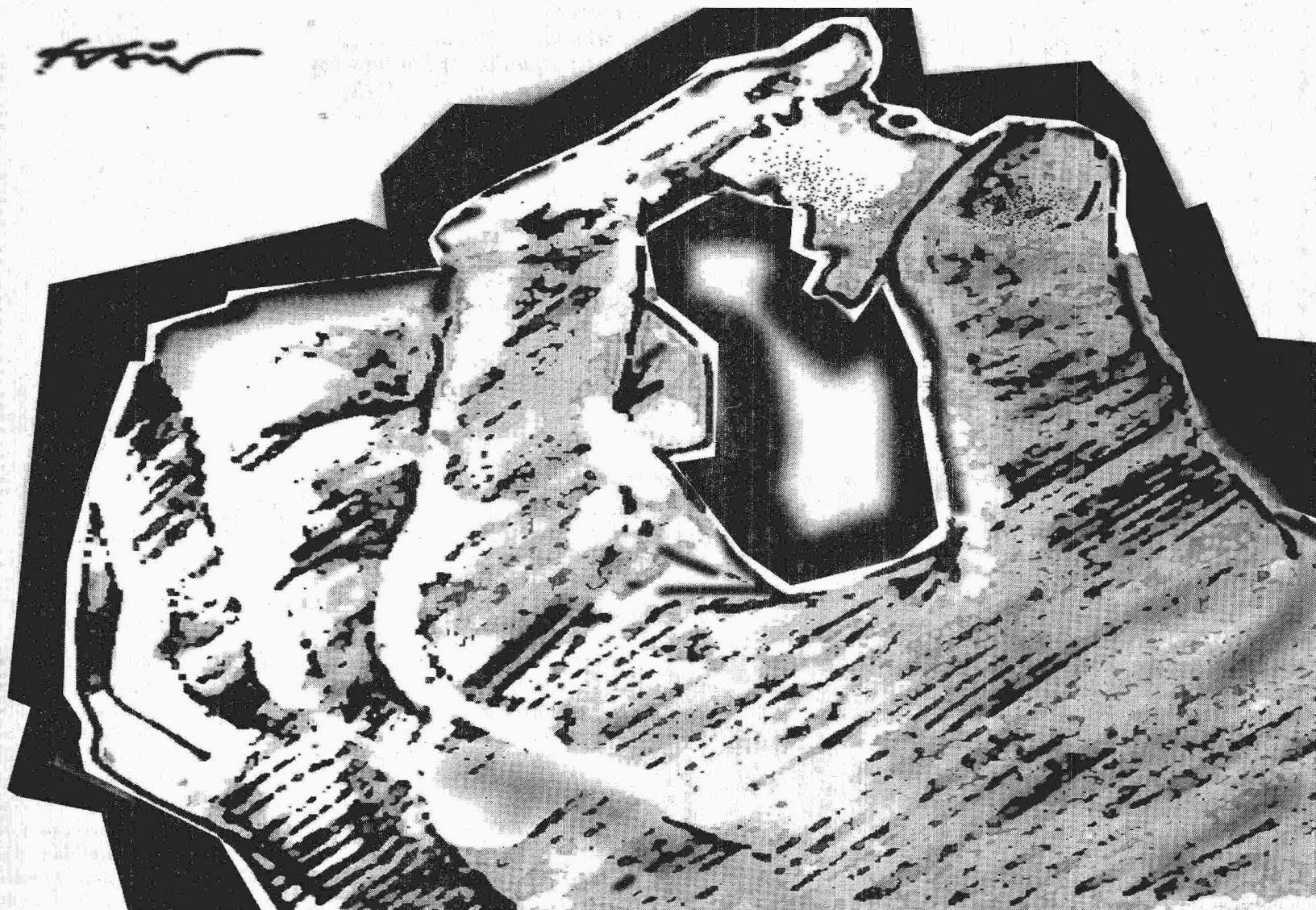


PONTO CRÍTICO

CRISE

Nas circunstâncias atuais, o Brasil tem alternativa para a recessão?



SIM

POLÍTICAS DE EXPANSÃO

Alexandre Dupeyrat Martins

A idéia de que políticas recessivas são elemento imprescindível em todo programa de ajuste macroeconômico representa mais um mito entre tantos que têm orientado a estratégia econômica do governo brasileiro, subordinada ao circuito do capital financeiro internacional. A lógica da proposição, que tem sido contemplada nos programas do FMI, estabelece que o ajuste fiscal, ao aumentar a carga tributária e reduzir os gastos do setor público, além de restabelecer, por meio do equilíbrio orçamentário, a credibilidade do país no exterior, impacta negativamente sobre o nível da demanda agregada, o que contribui para a contração das importações, favorecendo, assim, o ajuste do balanço de pagamentos e para o controle do nível de preços, inibindo a escalada inflacionária. Para completar o programa, a desvalorização cambial serve para realizar a mudança dos preços relativos, estimulando as exportações e contraindo as importações, o que contribui para reduzir o déficit

externo e, ultrapassado o período de ajustamento, reconduzir o país à trajetória do crescimento sustentado.

A verdade, contudo, é que, para começar, a desvalorização cambial, embora favoreça o equilíbrio do balanço de pagamentos e, ultrapassados seus efeitos recessivos de curto prazo, contribua para a expansão econômica, tem fortes impactos inflacionários, como demonstraram as experiências do México e dos países do Sudeste Asiático no período recente. Além disso, a desvalorização aumenta o passivo do setor público e do setor privado, assim como o peso do serviço da dívida externa com reflexos negativos sobre a capacidade de investimento das empresas e o equilíbrio financeiro do setor público.

Por outro lado, em razão da alta elasticidade-renda dos tributos, a queda do nível de atividade provocada pela tentativa de ajuste fiscal pode terminar por comprometer a arrecadação tributária, aumentando o déficit público em lugar de re-

duzi-lo. Assim, por exemplo, no caso de uma economia como a brasileira, com um PIB próximo a R\$ 930 bilhões, carga tributária de 29% do PIB e propensão a importar de 7,6%, um corte de R\$ 20 bilhões nos gastos públicos e o aumento de 1% da carga tributária, por causar queda de 6,9% do PIB, provocaria aumento do déficit público de R\$ 9,5 bilhões. É por isso que, inversamente, políticas expansivas, como a implementada nos Estados Unidos nos últimos anos, pode reduzir o déficit fiscal em lugar de ampliá-lo.

O primeiro passo, portanto, num programa alternativo consiste em interromper o processo de desvalorização cambial, o que, dado o quadro de contração da oferta de capital externo, implica centralizar as operações cambiais e estabelecer um orçamento de câmbio, dando prioridade às importações de insumos e bens de capital não produzidos internamente. Em comum acordo com os parceiros do Brasil no Mercosul, procurar-se-ia aumentar as tarifas de importação dos produtos não essenciais, o

que, aliás, não fere a OMC em razão do estado de desequilíbrio do balanço de pagamento do país.

Estabilizado o câmbio e restabelecidos os parâmetros do comércio exterior, o segundo passo consiste no abandono de políticas fiscais restritivas e no relançamento do crescimento econômico, o que requer, de mais a mais, a redução da taxa de juros para padrões civilizados. Completando o programa de ajuste alternativo, promove-se a reestruturação da dívida interna, com a repactuação dos custos e prazos, de forma a possibilitar o restabelecimento definitivo do equilíbrio orçamentário.

Está claro que outras medidas complementares poderiam e deveriam ser implementadas, mas as citadas constituem condições suficientes para isolar o Brasil da crise internacional e pavimentar os caminhos da estabilidade monetária e do crescimento econômico.

■ Alexandre Dupeyrat Martins é secretário da Fazenda de Minas Gerais